

Resumo Alargado

O fim da guerra civil em Angola surgiu acompanhado por um sentimento de mudança e desenvolvimento socioeconómico do país. Todavia, quando se olha para aquilo que Angola é atualmente, e para as suas reais capacidades, fica-se com a ideia de que, passados 17 anos do fim da guerra civil, os avanços do país foram poucos ou nenhuns, particularmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população e à democratização. Procurando analisar esses dois aspetos que caracterizam o panorama económico e sociopolítico angolano, este estudo baseou-se na análise da Governance no país (e na região da África Subsariana), com especial incidência sobre a despesa pública social prioritária, e a forma como é alocada. Para o efeito, procedeu-se à caracterização da Governance no país, e ao desdobramento da despesa pública por função do OGE, de 2003 a 2018. Por sua vez, analisaram-se relações de causalidade entre o padrão de despesa pública e o estado dos indicadores de desenvolvimento social do país (mais concretamente o IDH e indicadores sobre setores sociais prioritários, como a Educação e a Saúde).

A Despesa Pública e o Desenvolvimento Humano, representam as principais variáveis desde estudo. Foi também realizado um modelo econométrico, com o objetivo de entender de que forma os indicadores económicos (entre os quais, a Despesa Pública, a Corrupção, o Crescimento populacional e o PIB) influenciam o Índice de Desenvolvimento Humano do país. Os indicadores económicos utilizados no modelo econométrico permitem obter um retrato perfeito de Angola, um país caracterizado pelos elevados níveis de corrupção, que espelham o estado da Governance, não transparente, pouco efetiva e com baixos níveis de accountability. Angola é o 5º país mais jovem de África e do Mundo (World Bank, 2018), resultado, em parte, do elevado crescimento populacional (CP) dos últimos anos (originando uma pirâmide etária larga com muitas crianças e jovens). Todavia, o CP não tem sido acompanhado pela melhoria (por vezes, até se tem verificado deterioramento) das condições de setores como a Saúde, a Educação e a Proteção Social, essenciais à satisfação das necessidades da jovem população do país. Da análise da despesa pública foi possível identificar que os padrões de despesa (2003-2018), explicam o atual estado das funções de cariz social que impactam mais diretamente o IDH do país. Como resultado, denotou-se uma clara preferência em consignar despesa a funções como os Serviços Públicos Gerais (pagamento de dívida pública) e/ou a despesa

militar (que apresenta um valor praticamente constante, ao longo do tempo), em detrimento das funções sociais. Por fim, abordou-se também a temática do PIB.

Nos últimos anos tem-se falado de Angola como uma economia emergente com grande poder financeiro, representando o país a 5ª maior economia africana (World Bank, 2019). Ao nível macrofinanceiro, Angola caracteriza-se por ser uma economia dependente das exportações do petróleo, representando este sector, em média, cerca de 90% das exportações e mais de metade da receita fiscal (IMF, 2018), o que revela que o país não possui fontes de rendimento diversificadas. Apesar do país necessitar “urgentemente” de diversificar a sua economia, os esforços para tal não têm dado resultados visíveis. Tem-se registado crescimento económico ao longo dos anos, mas continua a registar-se uma taxa de pobreza elevada, 47,6% (linha de pobreza internacional) e 32,22% (linha de pobreza nacional) de acordo com o World Bank (2018) e 40,6%, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (2019). É precisamente desde aspeto que surge a intenção em abordar o tema e a sua importância.

Esta dissertação está organizada nos termos seguintes: Um primeiro capítulo, que é a presente introdução à dissertação. Um segundo capítulo, onde se procura definir o perfil de Governance de Angola e analisar as suas componentes. Um terceiro capítulo onde é apresentada a realidade política, macroeconómica e social angolana. Um quarto capítulo em que é desdobrada e analisada a despesa pública por funções do OGE e um quinto capítulo referente ao estudo econométrico que pretendeu verificar de que forma os indicadores económicos (Corrupção, Crescimento populacional, Despesa pública e PIB), influenciam o IDH de Angola. Por fim, o sexto e último capítulo dá conta das conclusões finais.